

PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO POTENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE PRINCESA ISABEL – PB

*SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF THE TOURISM POTENTIAL IN THE IMMEDIATE
GEOGRAPHICAL REGION OF PRINCESA ISABEL – PB*

*PERCEPCIÓN SOCIAL Y AMBIENTAL DEL POTENCIAL TURÍSTICO DE LA REGIÓN GEOGRÁFICA
INMEDIATA DE PRINCESA ISABEL – PB*

Erickson Melo de Albuquerque

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)
erickson.albuquerque@ifpb.edu.br

Marinete dos Santos Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)
marinetesantos08@gmail.com

Eduardo Rodrigues Viana de Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
eduvianalima@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa parte da premissa de que o desenvolvimento do turismo necessita da motivação, inclusão e participação de atores sociais que percebem o potencial turístico local. Sendo assim, objetivou-se avaliar aspectos socioambientais dessa percepção atinentes a dois grupos sociais da Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel, caracterizada pelo baixo índice de desenvolvimento humano. Foram aplicados dois questionários semiestruturados: 1) a 5 gestores públicos municipais de turismo; e 2) a 173 famílias de 13 localidades da região. Observaram-se convergências e divergências nas respostas entre os dois grupos, todavia ambos percebem o potencial turístico local e identificam pontos positivos que indicam favorabilidade ao desenvolvimento do turismo, caso este seja implantado. Em síntese, avalia-se que há um potencial turístico na região a ser explorado com o apoio da população local.

PALAVRAS-CHAVE: atores sociais; indicadores socioambientais; sociedade e natureza; turismo e meio ambiente.

ABSTRACT

This research is based on the premise that the development of tourism requires motivation, inclusion, and the participation of social actors who perceive the local tourism potential. Therefore, the objective was to assess socio-environmental aspects of this perception related to two social groups in the Immediate Geographic Region of Princesa Isabel, characterized by a low Human Development Index. Two semi-structured questionnaires were administered: 1) to 5 municipal tourism officials; and 2) to 173 families from 13 localities in the region. Convergences and divergences were observed in the responses between the two groups; however, both perceive the local tourism potential and identify positive points that indicate favorability towards tourism development if it is implemented. In summary, it is assessed that there is tourism potential in the region to be explored with the support of the local population.

KEYWORDS: social actors; socio-environmental indicators; society and nature; tourism and the environment.

RESUMEN

Esta investigación parte de la premisa de que el desarrollo del turismo requiere motivación, inclusión y participación de actores sociales que perciben el potencial turístico local. Por lo tanto, el objetivo fue evaluar aspectos socioambientales de esta percepción relacionados con dos grupos sociales en la Región Geográfica Inmediata de Princesa Isabel, caracterizada por un bajo Índice de Desarrollo Humano. Se aplicaron dos cuestionarios semiestruturados: 1) a 5 funcionarios municipales de turismo; y 2) a 173 familias de 13 localidades de la región. Se observaron convergencias y divergencias en las respuestas entre los dos grupos; sin embargo, ambos perciben el potencial turístico local e identifican

puntos positivos que indican favorabilidad hacia el desarrollo del turismo, en caso de que se implemente. En resumen, se evalúa que hay un potencial turístico en la región que se debe explorar con el apoyo de la población local.

PALABRAS-CLAVE: actores sociales; indicadores socioambientales; sociedad y naturaleza; turismo y medio ambiente.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é visto, especialmente pela população receptora, como um setor que impulsiona o desenvolvimento local e regional por criar empregos, gerar renda e fortalecer dinâmicas culturais na interseção com o meio ambiente, sobretudo quando há uma tendência de sobrevalorização dos lugares e expectativas de sucesso econômico (Beni, 2006; Almeida, 2009).

Entretanto, o turismo, na realidade, pode ser também, sob a ideologia neoliberal, um causador de problemas sociais, quando induz à exclusão social (Schussel, 2012; Rodrigues, 2015), ao consequente aumento na ocorrência de crimes, na concentração e na desigualdade de renda (Brás; Rodrigues, 2010; Coutinho; Nóbrega; Fazito, 2020), ou quando é causador de problemas ambientais, ao propiciar situações de exploração de recursos naturais acima de limites sustentáveis para a produção de bens ou oferta de serviços (Beni, 2006; Rodrigues, 2015).

Sendo assim, é importante compreender que, por ser um fenômeno socioespacial multifacetado e interdisciplinar, o turismo requer a integração de diversas áreas do conhecimento, sobre as quais uma abordagem holística conduz a uma aplicação mais assertiva de métodos científicos (Beni, 2006) para, por exemplo, avaliar o potencial de uma região no intuito de impulsionar o desenvolvimento territorial.

Um dos fatores que compõe essa avaliação é a compreensão do que as pessoas percebem sobre o potencial turístico local, cuja multidimensionalidade, da qual se constitui o fenômeno engloba, dentre outros, aspectos sociais e ambientais passíveis de medidas de rendimento (BENI, 2006). Por sua vez, a participação popular nas decisões públicas sobre o uso e ordenamento territorial é um fator democrático constitutivo das liberdades instrumentais intrínsecas ao modelo de desenvolvimento como liberdade (Sen, 2010), que favorece o desenvolvimento do turismo no território com participação popular na sua construção.

Na Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel – RGIPI, localizada no sudoeste do estado da Paraíba, são identificados 990 pontos do patrimônio turístico, sendo 220 deles potenciais atrativos (Albuquerque; Lima; Sousa, 2023), os quais derivam de características geográficas diferenciadas do entorno e da história composta por herança cultural de povos indígenas (Arruda, 2021), fatos políticos de relevância nacional, como a Revolta de Princesa, em 1930 (Princesa, 2010),

e um centro histórico repleto de edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Albuquerque *et al.*, 2019) e que tornam oportuna a aplicação de uma metodologia para avaliar o potencial turístico da região.

Nesse sentido, esta pesquisa se desenvolveu com o objetivo de avaliar as percepções socioambientais de grupos sociais locais sobre o potencial turístico da RGIPI, localizada no semiárido paraibano, para identificar possibilidades de desenvolvimento do turismo.

2. PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

O turismo em espaços naturais, sobretudo com atividades de ecoturismo, oferece um retorno à natureza especial para as pessoas que convivem diariamente com os problemas gerados nos espaços urbanos. Essa vertente, comumente associada a um turismo sustentável e de conservação do meio ambiente, na prática, sem a presença de estratégias de educação ambiental voltadas à formação de sujeitos ecológicos (Freire; Almeida, 2018), se rende à lógica de mercantilização da paisagem e estímulo ao consumo.

Ao se considerar que as populações das localidades receptoras herdaram os benefícios e/ou arcam com os prejuízos decorrentes da atividade turística, impactando diretamente seu modo e suas condições de vida, é coerente afirmar que a participação desses sujeitos na construção e manutenção do setor se faz necessária para atingir o objetivo de se alcançar um desenvolvimento territorial inclusivo, participativo e direcionado para a liberdade (Sen, 2010).

Cria-se, então, um “espaço plural de agentes sociais e de posições conceituais e políticas que disputam a definição das regras de funcionamento, cultura e valores reconhecidos pelos integrantes de um determinado universo social” (Layragues; Lima, 2014, p. 23) no campo social do turismo. Com isso, cientes da interação turística com o meio ambiente, os atores e instituições apresentarão visões diferentes sobre as questões ambientais, bem como abordarão os problemas ambientais conforme as suas concepções políticas, pedagógicas e epistemológicas (Layragues; Lima, 2014).

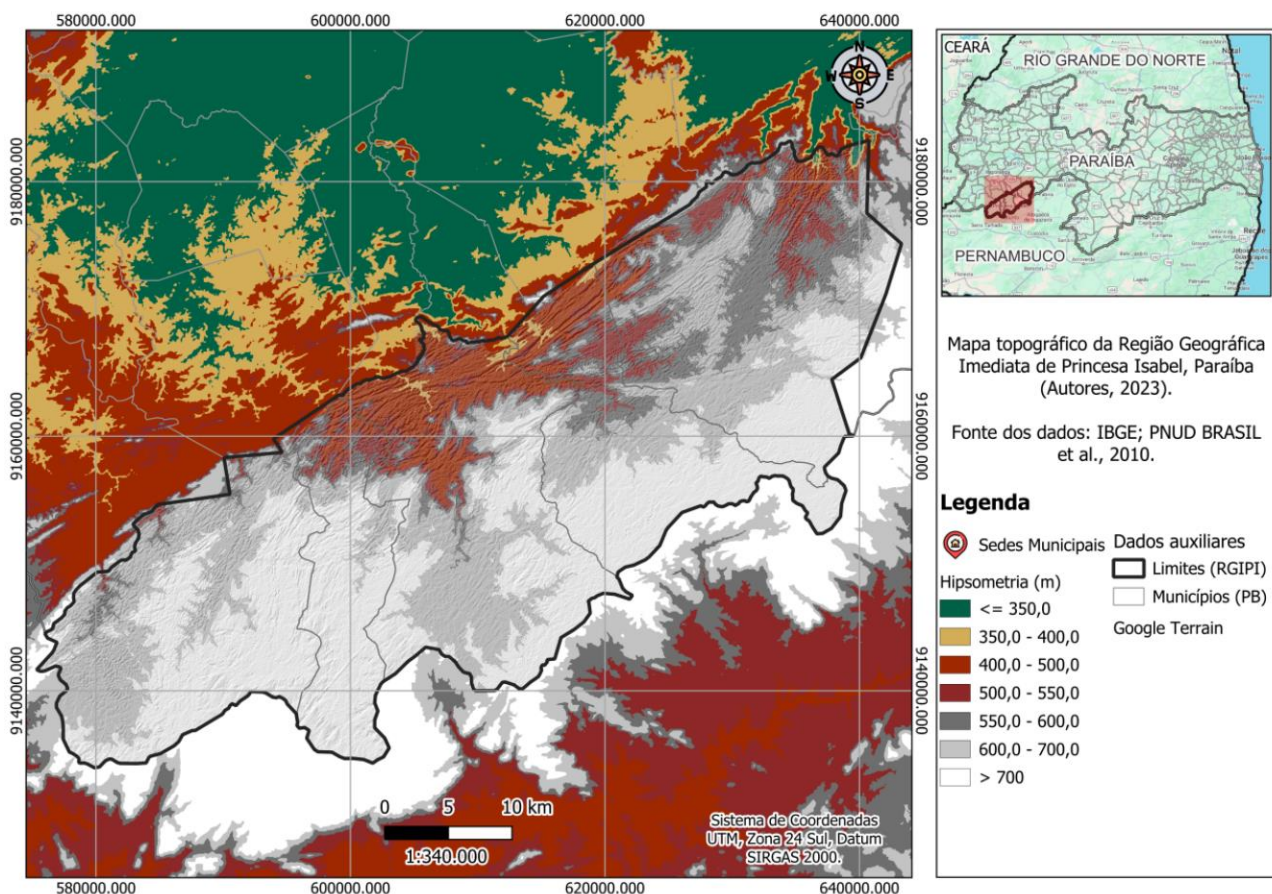
Nesse sentido, ressalta-se a importância de se apreender a percepção socioambiental de grupos sociais, como forma de se revelar as múltiplas realidades subjetivadas, no que diz respeito ao diagnóstico e à avaliação de fenômenos, sendo o turismo um deles (Rodrigues; Sereia; Obara, 2023).

3. METODOLOGIA

3.1 Contexto geográfico da área de estudos

A RGIPI (Figura 1) abrange os municípios de Juru, Tavares, Princesa Isabel (polo regional), São José de Princesa e Manaíra, localizando-se na porção sudoeste do estado da Paraíba. A altitude média da RGIPI é de aproximadamente 690 m, sendo o ponto mais alto em São José de Princesa com 720 m, esta, por sua vez, está inserida no clima semiárido, com temperaturas que variam de 15°C a >35°C ao longo do ano, e no bioma Caatinga, apresentando também áreas de brejo de altitude. Esses dados de relevo e temperatura caracterizam uma excepcionalidade da região em relação ao seu entorno, que a Norte se confronta com a Depressão Sertaneja paraibana, e a sul, com o Vale do Pajeú, em Pernambuco.

Figura 1: Mapa topográfico da Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel, Paraíba.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM tem seu maior valor no município polo (Princesa Isabel), 0,606, considerado médio, mas o índice da região é baixo, 0,574 (PNUD

BRASIL *et al.*, 2010). A população dos municípios da região, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (c2023), realizado no ano de 2022, identificou 21.114 habitantes em Princesa Isabel, 14.101 em Tavares, 10.434 em Manaíra, 9.234 em Juru e 3.416 em São José de Princesa.

Ainda segundo o IBGE (c2023), o Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios da RGIPI variou, em 2021, entre R\$ 8.730,43, em São José de Princesa, e R\$ 11.215,00, em Princesa Isabel; e o percentual de receitas oriundas de fontes externas, em 2015, foi maior que 93% em Juru, Manaíra e São José de Princesa. Esses dados evidenciam algumas das vulnerabilidades econômicas da região, onde predomina o desenvolvimento de atividades ligadas ao meio rural com acesso limitado à tecnologia, mesmo existindo centenas de atrativos potencialmente turísticos subexplorados (Albuquerque; Lima; Sousa, 2023).

3.2 Definição dos grupos sociais

O turismo é uma atividade humana e, portanto, envolve uma sociedade complexa, diversa, plural e de classes, em que é possível identificar grupos que ocupam posições e desempenham papéis específicos dentro de determinadas áreas de atuação. Esses grupos também são chamados de *stakeholders*, os quais envolvem atores sociais que impactam e são impactados, vivem e movimentam os espaços turísticos (Medeiros *et al.*, 2015; Ribeiro *et al.*, 2020).

Nesse contexto, os grupos sociais considerados nesta pesquisa para expor suas percepções socioambientais foram caracterizados pela capacidade de exercer influência sobre a tomada de decisões relacionadas ao turismo, a exemplo dos gestores públicos (Grupo Social 1 – GS1), ou de apenas ser impactados por tais decisões, como os moradores locais (Grupo Social 2 – GS2).

Assim, o GS1 teve a participação de cinco gestores públicos de turismo, um de cada município da RGIPI; e o GS2, formado por moradores, teve o dimensionamento das amostras nos cinco municípios, incluindo comunidades rurais, calculado por meio do Raosoft© (c2004). Na Tabela 1 são mostrados os quantitativos obtidos para uma margem de erro de 10%, nível de confiança de 90% e taxa de resposta de 50%.

Tabela 1: Dimensionamento das amostras populacionais do GS2 nas localidades pesquisadas.

Localidade	Município	População	Amostra*
Princesa Isabel (Cidade)	Princesa Isabel	18.927	68/4= 17
Lagoa de São João	Princesa Isabel	560	61/4= 15
Cachoeira de Minas	Princesa Isabel	303	56/4= 14
Juru (Cidade)	Juru	7.330	68/4= 17
Povoado dos Costa	Juru	348	57/4= 14
Tavares (Cidade)	Tavares	6.616	67/4= 16
Domingos Ferreira	Tavares	536	61/4= 15
Jurema	Tavares	640	62/4= 15
Belém	Tavares	300	54/4=14
São José de Princesa (Cidade)	São José de Princesa	695	62/4= 15
Livramento	São José de Princesa	101	41/4= 10
Patos de Irerê	São José de Princesa	86	39/4= 9
Manaíra (Cidade)	Manaíra	6.027	67/4= 16

Fonte: População: Agentes Comunitários de Saúde – ACS, 2022; Obs.: *Amostra dividida por 4 para a representação por unidade familiar.

Com isso, o total de respostas esperadas para o GS2, segundo os parâmetros estatísticos configurados, foi de 187, representando famílias distribuídas por treze localidades da região.

3.3 Avaliação das percepções socioambientais sobre o turismo

A partir da definição dos grupos sociais que representam os atores envolvidos com o turismo, foram iniciados o planejamento, a elaboração e a execução da coleta de dados por meio da aplicação de dois formulários semiestruturados, quali-quantitativos: um ao GS1, contendo 21 questões, sendo 16 delas objetivas; e outro ao GS2, com 10 questões objetivas. Os participantes de ambos os grupos foram contatados previamente via aplicativo de mensagens instantâneas. Do GS1, cinco gestores receberam o convite para responderem ao formulário por e-mail. Com o GS2 foi utilizada a técnica *snow ball* (bola de neve), pela qual recomenda-se que um (a) respondente indique outras pessoas para participarem da pesquisa.

O formulário aplicado ao GS1¹ teve por objetivo avaliar a percepção do grupo sobre o potencial turístico, o turismo no território e a gestão de atividades turísticas, alternando entre questões objetivas e subjetivas correspondentes, de modo a indicar a coerência das respostas. Além de requerer a concordância com Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), os gestores puderam informar dados profissionais e responder a questões sobre (I) Normas Municipais de

¹ O formulário com as questões objetivas e subjetivas aplicadas ao Grupo Social 1 pode ser acessado por meio do endereço: <https://forms.gle/Vpez9GY3if5MPuH8>.

Turismo, (II) Participação Popular na Formulação de Políticas Públicas de Turismo, (III) Investimentos Públicos no Turismo Local, (IV) Percepção do Gestor sobre o Turismo Local e (V) Turismo Intermunicipal.

Por sua vez, o formulário aplicado ao GS2 (Quadro 1) dispôs dez questões objetivas e uma subjetiva. Além de também requerer a concordância com o TCLE, os moradores informaram dados sobre a localidade e tempo de residência, escolaridade e ocupação, e responderam a dez questões sobre avaliação da gestão pública do turismo, impactos positivos e negativos do turismo sobre a sociedade, economia e meio ambiente, percepção do potencial turístico local e engajamento comunitário para o desenvolvimento do turismo.

Quadro 1: Questões afirmativas do formulário aplicado a moradores dos municípios da Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel (Grupo Social 2)

Questão	Enunciado
P1	Você está satisfeito(a) com a forma como o turismo é desenvolvido em seu município.
P2	A oferta de serviços turísticos e uma maior circulação de turistas no município são benéficos à economia local.
P3	O desenvolvimento do turismo na sua localidade pode aumentar a ocorrência de crimes.
P4	O desenvolvimento do turismo na sua localidade melhora a qualidade de vida da população local.
P5	A minha localidade pode ser considerada um destino turístico.
P6	Se o turismo melhorar a economia local, as preocupações com o meio ambiente podem ficar em segundo plano.
P7	O governo local dá suporte ao desenvolvimento do turismo no seu município
P8	O turismo que é praticado nos municípios vizinhos é bem desenvolvido e traz benefícios à sua população.
P9	Os moradores da minha localidade realizam ações que ajudam ou apoiam o desenvolvimento do turismo local.
P10	O governo municipal dá abertura para a participação da população no planejamento turístico.

Fonte: Os autores (2021).

A aplicação dos formulários, elaborados na plataforma Google *Forms*, foi realizada após a emissão do parecer consubstanciado 5.246.515 - CEP-UFPB, de maneira remota por medida de biossegurança, seguindo as recomendações relacionadas à pandemia de Covid-19 até então vigentes, conforme o cronograma apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Cronograma de aplicação do formulário aos grupos sociais

Grupo Social 1	Data	Disponível em:
Secretário da Juventude, Esporte, Turismo e Lazer de Juru	04/03/2021	https://forms.gle/Vpepz9GY3if5MPuH8
Secretária de Cultura de Tavares	25/02/2022	
Diretor de Cultura, Turismo e Eventos de Princesa Isabel	21/02/2022	
Secretária de Educação e Cultura de São José de Princesa	07/05/2021	
Secretário de Educação de Manaíra	13/03/2021	
Grupo Social 2		
Moradores de Juru, Tavares, Princesa Isabel, São José de Princesa e Manaíra	07 a 11/02/2022	https://forms.gle/cqwgSWohgumYb1WLA

Fonte: Os autores (2021; 2022).

Em ambos os formulários as questões objetivas apresentaram cinco opções de resposta, seguindo a escala Likert, variando do ‘discordo totalmente’ (valor 1) ao ‘concordo totalmente’ (valor 5), na qual quanto maior o valor da resposta, maior a contribuição da percepção do (a) entrevistado (a) para o desenvolvimento do turismo, pois significa possibilidade de engajamento.

Isto posto, a avaliação da percepção social se deu com base na obtenção do Ranking Médio da Escala Likert – RMEL (Dantas; Dantas, 2021), o qual pondera o valor das respostas às questões objetivas pela sua frequência (Equação 1), demonstrando a tendência central das percepções socioambientais sobre o potencial turístico de localidades receptoras.

$$\text{RMEL} = \text{MP}/\text{NS} \quad (\text{Eq. 1})$$

Em que: RMEL = Ranking Médio da Escala Likert; $\text{MP} = \sum(f_i \times v_i)$; f_i = frequência do item i ; v_i = valor observado para o item i ; NS = número de entrevistados.

3.4 Classificação das percepções socioambientais para o desenvolvimento do turismo

A avaliação das percepções socioambientais estudadas mediante o uso do RMEL foi classificada assim: ‘(1) muito desfavorável ao desenvolvimento do turismo’, ‘(2) desfavorável ao desenvolvimento do turismo’, ‘(3) nem desfavorável nem favorável ao desenvolvimento do turismo’, ‘(4) favorável ao desenvolvimento do turismo’ e ‘(5) muito favorável ao desenvolvimento do turismo’.

Essa classificação objetivou possibilitar a comparação entre as percepções socioambientais sobre o potencial turístico local de um mesmo grupo e entre grupos, e, conseqüentemente, permitiu avaliar a relevância e o cenário de favorabilidade dados pela população local ao desenvolvimento do turismo na região, sob a ótica dos tomadores de decisão e dos beneficiários.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os formulários aplicados a participantes oriundos dos cinco municípios da RGIPI alcançaram um gestor de cada município (GS1) e moradores de cinco cidades (zona urbana) e oito comunidades rurais da RGIPI (GS2). Do GS2, a maioria dos respondentes é de Princesa Isabel (18%) e Juru (18%), seguida por Tavares (12%), Manaíra (10%) e São José de Princesa (6%). Entre as comunidades rurais, a mais participativa da pesquisa foi Jurema (8%), seguida por Livramento (7%), Cachoeira de Minas (7%) e Patos de Irerê (5%).

Ao todo, o formulário aplicado ao GS2 obteve 173 respostas – 14 (7%) a menos do que o esperado. Houve maiores dificuldades para conseguir respondentes nas comunidades do Povoado dos Costa (apenas 7% do esperado), Domingos Ferreira (20%) e Belém (28%), devido a problemas locais de acesso à internet por parte dos moradores. Por esse motivo, os dados obtidos nessas localidades ficaram abaixo do esperado, mas não tiveram um impacto significativo na quantificação dos dados em nível local (município).

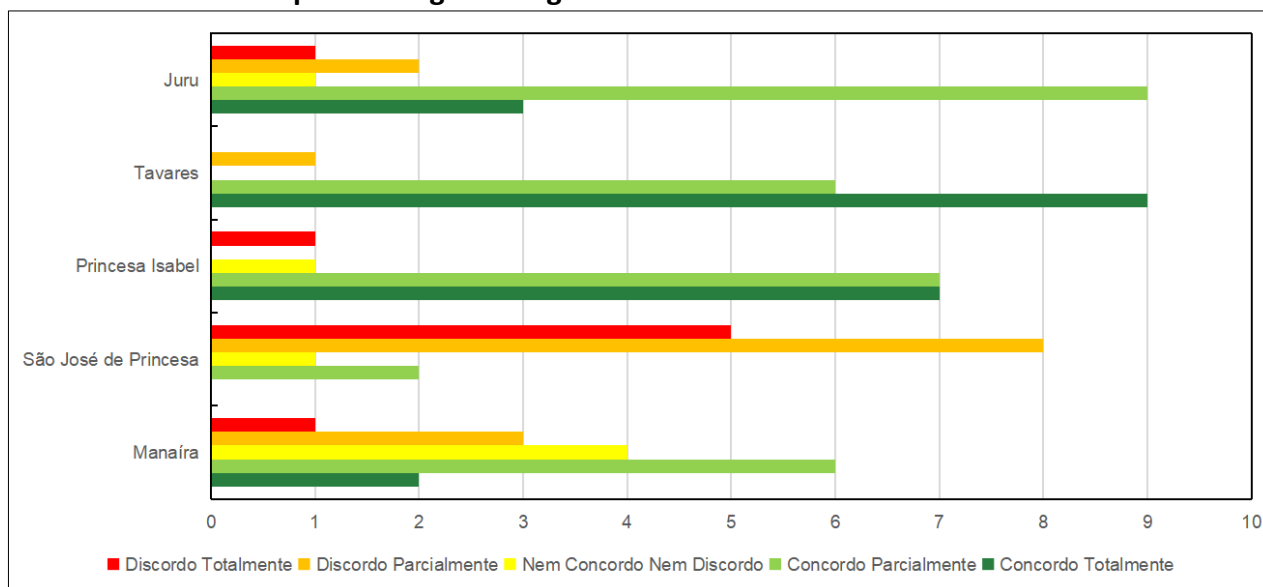
Por sua vez, foi observado também o tempo de residência dos GS1 e GS2 nas suas localidades. Nesse sentido, a ampla maioria dos respondentes tem tempo de residência superior a quatro anos (90%), isto é, essas pessoas estão fixadas no lugar onde vivem e, portanto, sinalizam conhecimento local; outros 6% residem há mais de um ano e apenas 4% residem há menos de um ano.

Sobre a escolaridade dos entrevistados, no GS1, dois gestores possuem pós-graduação completa, outros dois possuem o ensino médio completo e um possui ensino superior incompleto. No GS2, 37% dos entrevistados disseram ter ensino médio completo (63 pessoas); 19% têm ensino superior incompleto (32 pessoas); 17% (30 pessoas) têm ensino superior completo; 13% declararam ter ensino médio incompleto (23 pessoas); outros 8% têm ensino básico (14 pessoas); e, por fim, 6%, (11 pessoas) têm pós-graduação. Portanto, o perfil majoritário das pessoas entrevistadas é: moram na localidade há mais de quatro anos e possuem ensino médio completo.

4.1 Percepção dos gestores públicos municipais sobre o turismo local

As respostas do GS1 foram reunidas pela frequência e se apresentam na Figura 2, na qual é possível observar sua variabilidade (1 = ‘Discordo totalmente’ a 5 = ‘Concordo totalmente’), considerando-se apenas as questões objetivas do formulário (16 de 21 questões). Em resumo, apenas em São José de Princesa não se verificou uma maioria de respostas favoráveis ao desenvolvimento do turismo.

Figura 2: Quantificação das alternativas, segundo a percepção dos gestores públicos municipais de turismo dos municípios da Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel.



Fonte: Dados da pesquisa (2021-2022).

Corroborando a compreensão de Midlej e Carneiro (2011), o (a) gestor (a) é o (a) tomador (a) de decisão com poder para mobilizar ideias e recursos materiais e atrair investimentos, cuja percepção sobre o potencial local, investida da autoridade dos seus cargos, condicionará suas ações para buscar o desenvolvimento do turismo, a despeito de uma possível sub ou superestimação do potencial real, como afirma Almeida (2009).

Isto posto, as percepções do GS1 sobre questões legais e políticas do turismo local foram: para dois deles as leis municipais que versam sobre o turismo em vigor no município são insuficientes para desenvolvê-lo; outros dois nem concordaram nem discordaram disso; e uma gestora concordou parcialmente que as leis municipais em vigor são suficientes. Entretanto, nenhum dos respondentes citaram tais leis e apenas um gestor mencionou que existe uma

secretaria específica para tratar disso. No geral, os gestores demonstraram sentir a necessidade de leis com impactos concretos no desenvolvimento do turismo nos seus municípios.

Por sua vez, em quatro dos cinco municípios da RGIPI existem conselhos de turismo, mas para dois respondentes aquele espaço não contribui para a formulação de políticas para o setor; outros dois gestores afirmaram o contrário; e um não concordou nem discordou da afirmativa. Além disso, todos os gestores concordaram que as prefeituras destinam parte do orçamento para o turismo, mas de maneira pontual, quando ocorrem festas tradicionais ou eventos especiais; desses, três concordaram e dois discordaram de que esses investimentos para impulsionar o turismo são suficientes. Isso mostra que o recurso destinado ao turismo tem aplicação direcionada, mas em três municípios sem relevante participação popular nessa decisão.

Ainda, os gestores concordaram que a propaganda é um recurso importante para impulsionar o turismo. Desses, três consideraram os investimentos realizados suficientes e dois reconhecem que são necessários mais investimentos em propaganda turística. De fato, o estado incipiente do turismo na região indica a necessidade de melhores investimentos em propaganda.

A percepção dos gestores públicos municipais da RGIPI sobre como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local esteve ligada apenas à economia em duas respostas, com uma delas sugerindo parcerias entre os setores público e privado, e remeteu ao crescimento com inclusão social em três respostas, apontando diferentes olhares para a questão.

Quase por unanimidade os gestores concordaram que os seus municípios têm qualidade turística para atrair visitantes locais, de outros estados e de outras regiões do país. Apenas uma gestora afirmou não perceber potencial turístico local para atrair pessoas de todo o Brasil. Outros três gestores, a despeito das deficiências estruturais locais, confiam na capacidade de atrair turistas internacionais.

Para três respondentes, o município onde atuam tem o turismo como um importante contribuinte para o desenvolvimento local, mesmo sendo nítida a incipiência do turismo em toda a região. Os outros dois gestores não percebem atualmente o turismo forte no município onde atuam. Em resumo, reconhecem o potencial turístico local, mas, em alguns casos, o superestimam.

Os principais atrativos turísticos mencionados pelos gestores foram: em Juru, a Laje Grande; em Tavares, a festa do Padroeiro; em Princesa Isabel, o Centro Histórico, a Cachoeira de Minas, a Lagoa de São João, aspectos históricos, a Pedra do Guiné e a Pedra do Sino; em São José de Princesa, o Povoado dos Patos de Irerê, a Comunidade Quilombola Livramento e as igrejas; e em Manaíra, o

Açude Catolé II, a Serra da Impueira e trilhas ecológicas em meio à Caatinga. Portanto, identificam nominalmente elementos potencialmente atrativos para o turismo.

Sobre a oferta de serviços de turismo no município, quatro respondentes concordaram que é preciso ampliá-la. Já com relação à infraestrutura, três afirmaram que não é preciso melhorá-la muito para desenvolver o turismo, enquanto dois afirmaram o contrário. No geral, superestimaram a infraestrutura de apoio e a oferta de serviços existentes afirmando que atualmente são suficientes para atender à demanda, mesmo sendo notáveis as carências locais.

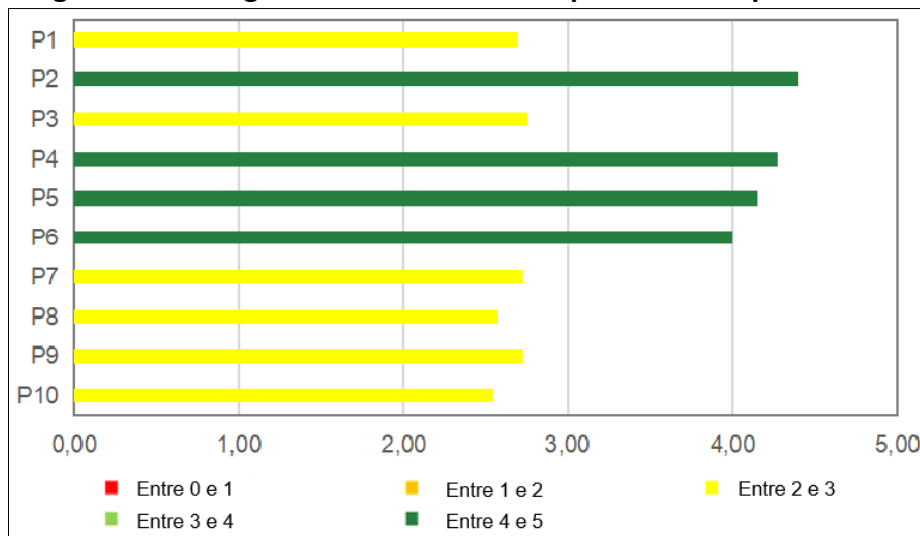
Todos os gestores concordaram que o turismo pode causar impactos positivos e negativos, no entanto, não aprofundaram a resposta. Especificando esse tema, quatro respondentes concordaram parcialmente que o turismo praticado no município, mesmo incipiente, é sustentável, e um discordou totalmente da afirmativa. No entanto, a superficialidade das respostas subjetivas correspondentes impossibilitou apreender a concepção de sustentabilidade dos entrevistados.

Sobre o turismo intermunicipal, três gestores afirmaram inexistirem parcerias com outras instituições para desenvolver programas e projetos de turismo, outro gestor afirmou que existem parcerias em algum grau, e outro não respondeu. Por conseguinte, dois gestores nem concordaram nem discordaram que parcerias com outras prefeituras circunvizinhas ajudam a desenvolver o turismo local, enquanto outros três concordaram parcial ou totalmente. Por fim, dois gestores discordaram sobre os municípios onde atuam serem atendidos satisfatoriamente por órgãos superiores de turismo e outros três concordaram com a afirmativa, constatando assim uma crítica à cooperação entre as esferas públicas administrativas para o desenvolvimento do turismo.

Por fim, o RMEL das respostas objetivas do GS1 mostrou que Tavares apresentou o maior valor: 4,44 ('muito favorável ao desenvolvimento do turismo'), seguido por Princesa Isabel: 4,19 ('muito favorável ao desenvolvimento do turismo'), Juru: 3,69 ('favorável ao desenvolvimento do turismo'), Manaíra: 3,31 ('favorável ao desenvolvimento turismo') e, por fim, São José de Princesa: 2,00 ('nem favorável nem desfavorável ao desenvolvimento do turismo'). Essa é a representação da visão dos gestores para o desenvolvimento do turismo local, a despeito do potencial real.

4.2 Percepção socioambiental dos moradores sobre o turismo local

Segundo os moradores (GS2) de Juru, o RMEL nesse município apresentou 40% das questões com alta favorabilidade ao desenvolvimento do turismo e 60% indicando nem favorabilidade nem desfavorabilidade (Figura 3).

Figura 3: Ranking Médio da Escala Likert para o município de Juru.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

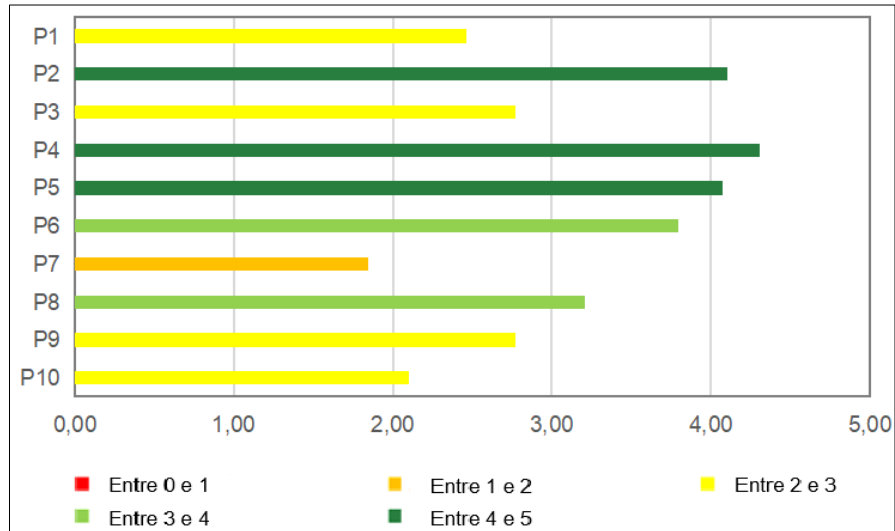
Para os moradores, os fatores que menos contribuem para o desenvolvimento do turismo em Juru estão relacionados à incipiência do turismo local e regional (P1 e P8), aos aspectos relacionados ao desempenho insatisfatório do governo municipal sobre o turismo (P7 e P10), à contribuição comunitária insuficiente para o desenvolvimento do setor (P9) e à necessidade de maiores esclarecimentos à população local sobre os impactos sociais negativos que o turismo pode ocasionar (P3).

Por outro lado, os fatores que mais contribuem para o desenvolvimento do turismo na RGIPI é o fato de a população local considerar que o turismo é benéfico para a economia e pode melhorar a sua qualidade de vida (P2 e P4), mas que é preciso respeitar os limites do meio ambiente (P6) e a confiança de que a localidade onde essas pessoas residem pode ser considerada um destino turístico (P5). O RMEL médio obtido para Juru foi de 3,28 ('favorável ao desenvolvimento do turismo').

Os atrativos turísticos locais mais citados pelos moradores foram: o Cruzeiro (12 vezes), a Laje Grande (22 vezes), a ponte da Serra Branca (16 vezes), a Cachoeira dos Costa (5 vezes), o Poço de Santo Antônio e a Cachoeira da Nega (4 vezes cada), as praças, a Prainha do Carneiro e a igreja de Santa Terezinha (1 vez cada), e para apenas 1 respondente não há atrativo turístico em Juru. Sendo assim, em Juru o GS2 percebe os potenciais atrativos turísticos naturais como os mais relevantes, seguidos pelos atrativos de cunho religioso. Uma descrição mais detalhada dos atrativos encontrados em toda a RGIPI pode ser encontrada em Albuquerque, Lima e Sousa (2023).

Para Tavares, o RMEL mostrou uma distribuição mais diversa em relação a Juru, com 50% das respostas indicando, no mínimo, favorabilidade ao desenvolvimento do turismo (Figura 4). Em contraste, um aspecto (P7) foi considerado desfavorável a esse desenvolvimento.

Figura 4: Ranking Médio da Escala Likert para o município de Tavares.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para essa população, os fatores que menos contribuem para o desenvolvimento do turismo na região estão relacionados aos aspectos políticos (P7 com destaque e P10), à insatisfação ou neutralidade sobre a forma como o turismo vem sendo desenvolvido localmente (P1) e ao desconhecimento da relação entre o turismo e a possibilidade da ocorrência de crimes (P3), o que pode levar a um planejamento turístico falho.

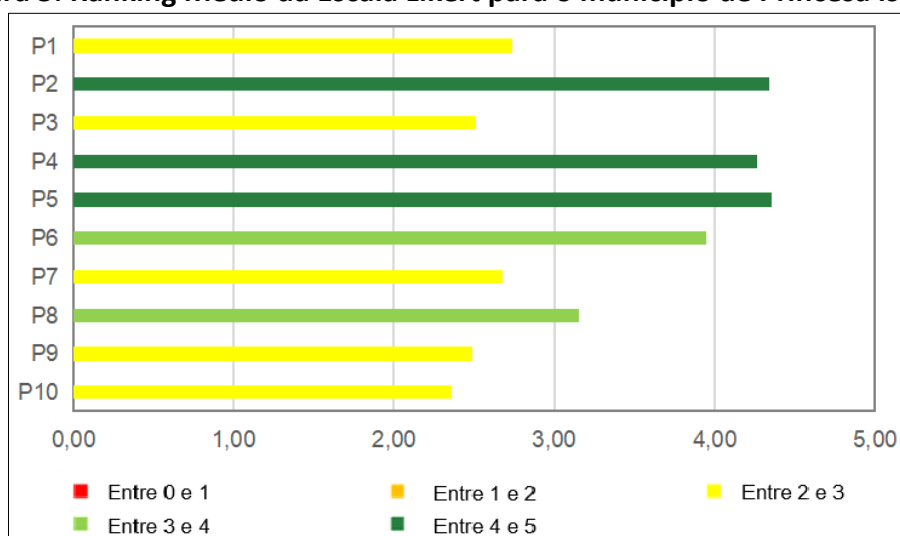
Por sua vez, os fatores que mais contribuem são o fato de haver confiança no turismo como atividade benéfica para a economia e que pode melhorar a qualidade de vida da população local (P2 e P4), respeitando-se os limites ambientais (P6), bem como a confiança de que a localidade dos respondentes pode ser considerada um destino turístico (P5) e a percepção de que o turismo nos municípios vizinhos é bem desenvolvido (P8). O RMEL médio alcançado para Tavares foi de 3,14 ('favorável ao desenvolvimento do turismo').

Os atrativos turísticos de Tavares mais citados foram: a cachoeira da Pedra Branca ou cachoeira do Belém (19 vezes), Laje da Onça, Laje São Roque e rochas exuberantes (pedras "tocadeiras", pedras roçadeiras, pedras com pinturas indígenas) (6 vezes), as igrejas e capelas (4 menções), a Pedra do Dragão (4 vezes), a Comunidade Quilombola Domingos Ferreira (3 vezes) e os engenhos e casas de farinha (2 vezes). Para cinco respondentes não há atrativos turísticos em

Tavares. Portanto, prevalece para a população tavarense os potenciais turísticos nos segmentos natural, religioso e étnico.

Por seu turno, o RMEL de Princesa Isabel (Figura 5) mostra que, pelo menos, 50% das questões indicam favorabilidade ao desenvolvimento do turismo, sem a ocorrência de respostas desfavoráveis, sendo, com isso, uma distribuição levemente superior à observada para o município de Tavares.

Figura 5: Ranking Médio da Escala Likert para o município de Princesa Isabel.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nesse município os fatores que menos contribuem para o turismo estão relacionados aos aspectos políticos (P7 e P10), à subestimação dos impactos sociais que o turismo pode causar (P3), à percepção da falta de iniciativa dos moradores para contribuir com o turismo (P9) e ao descontentamento com a forma como o turismo vem sendo desenvolvido (P1).

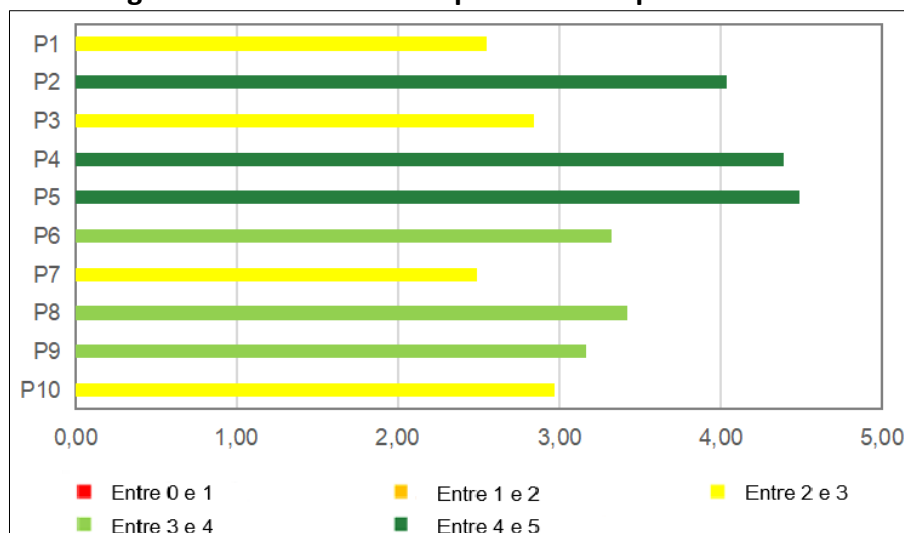
Por sua vez, os fatores que mais contribuem para o desenvolvimento do turismo no município são: o reconhecimento do turismo como atividade benéfica para a economia e que ajuda a melhorar a qualidade de vida (P2 e P4); a confiança (a maior da região) de que Princesa Isabel pode ser considerada um destino turístico (P5); a conscientização a respeito da necessidade de se conciliar o crescimento econômico com o ambiente (P6); e a percepção de que o turismo é bem desenvolvido nos municípios vizinhos, podendo, inclusive, servir de inspiração para si (P8). O RMEL médio alcançado em Princesa Isabel foi de 3,28 ('favorável ao desenvolvimento do turismo').

No que diz respeito aos atrativos turísticos, os mais citados foram: Cachoeira de Minas (20 vezes); edificações do patrimônio histórico, como o Palacete dos Pereira (11 vezes); as praças, com

destaque para a Praça da Estrela (7 vezes); as casas de farinha (7 menções); rochas de beleza excepcional (8 vezes), com destaque para a Pedra do Sino e a Pedra do Guiné; os açudes Jatobá II, Ibiapina e o Cedro (3 menções); aspectos históricos, como "os caminhos da guerra de 1930" ou reclamações pelo registro da história local (6 vezes); e, por fim, 3 participantes afirmaram desconhecimento em relação a existência de pontos turísticos locais. Predomina para a população de Princesa Isabel os principais atrativos potencialmente turísticos nos eixos natural e histórico.

Já sobre São José de Princesa, o RMEL apresentado na Figura 6 mostrou que essa é a distribuição com mais valores elevados entre os municípios analisados, com 60% das respostas tendendo à favorabilidade do desenvolvimento do turismo.

Figura 6: Ranking Médio da Escala Likert para o município de São José de Princesa.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os fatores que menos contribuem para o turismo são: a ausência do apoio do governo local para o desenvolvimento do setor e a pouca abertura à participação popular no planejamento municipal (P7 e P10), mesmo apresentando o maior RMEL da região nesse quesito; o descontentamento com a forma como as atividades turísticas têm sido desenvolvidas no município (P1) e a necessidade de se debater os impactos sociais que elas podem causar (P3).

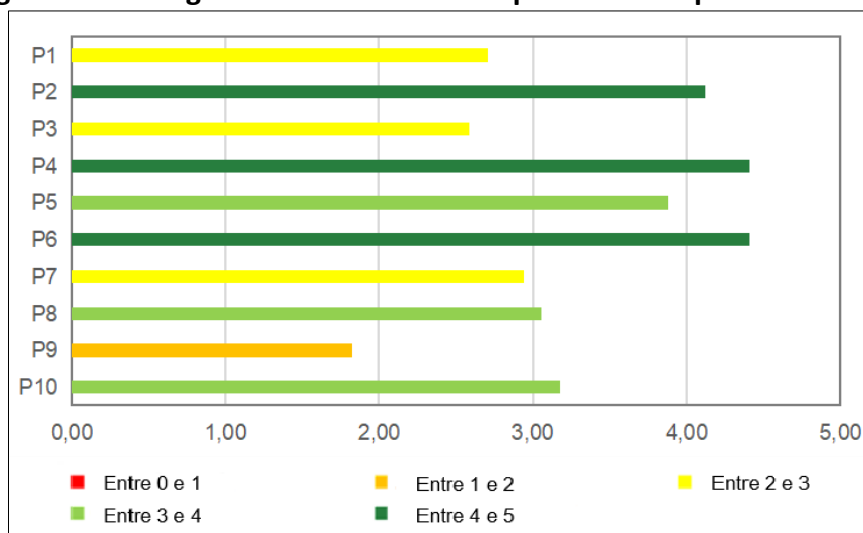
Já os fatores que mais contribuem para o desenvolvimento do turismo local são a forte confiança no próprio município como destino turístico e a concepção de que é uma atividade benéfica para a economia, o que, por consequência, ajuda a melhorar as condições de vida da população local (P5, P2 e P4). Também, a percepção de que o setor é bem desenvolvido nos municípios vizinhos (P8), a concordância com a concepção de um turismo sustentável (P6) e a

opinião de que os moradores contribuem com ações para desenvolver atividades turísticas locais (P9). O RMEL médio de São José de Princesa foi 3,36 ('favorável ao desenvolvimento do turismo').

Os atrativos turísticos de São José de Princesa mais mencionados pelo GS2 foram: as casas de pedra existentes na Comunidade Quilombola Livramento (em 10 respostas), a própria Comunidade Livramento (em 4 respostas), aspectos históricos locais ligados ao Povoado dos Patos de Irerê (em 13 respostas), o próprio Povoado dos Patos do Irerê (em 5 respostas), e aspectos culturais, como capoeira, coco de roda, museu e pessoas contadoras de histórias (em 7 respostas). Apenas uma pessoa afirmou não identificar pontos turísticos locais.

Por sua vez, o RMEL de Manaíra, apresentado na Figura 7, mostrou também que 60% das respostas tendem à favorabilidade do desenvolvimento do turismo, porém, entre essas há a ocorrência da classe 2 (P9), indicando ser aquele um aspecto desfavorável que influencia a média.

Figura 7: Ranking Médio da Escala Likert para o município de Manaíra.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com base nos dados da Figura 7, os fatores que menos contribuem para o turismo em Manaíra são a ausência de ações e iniciativas dos próprios moradores para o desenvolvimento de atividades do ramo (P9), a noção aparente sobre os impactos sociais que essas atividades podem ocasionar (P3), o descontentamento com o modo como o turismo tem sido desenvolvido no município (P1) e o pouco apoio oferecido pelo governo municipal para o desenvolvimento do setor (P7).

Por outro lado, os fatores que mais contribuem para o desenvolvimento do turismo em Manaíra são a consciência ambiental da população (P6) e a forte confiança na concepção de que

essa é uma atividade que traz benefícios para a economia e, por consequência, à qualidade de vida da população local (P2 e P4). Ainda, pode-se considerar como pontos fortes as percepções de que Manaíra é um destino turístico (P5), de que o turismo é bem desenvolvido nos municípios vizinhos (P8) e a de que há abertura para a participação popular no planejamento turístico local. O RMEL médio de Manaíra foi 3,31 ('favorável ao desenvolvimento do turismo').

No que tange aos atrativos turísticos, os respondentes de Manaíra mencionaram: o açude Catolé (7 vezes), as praças (3 vezes), a lagoa localizada no centro da cidade (12 vezes), o museu da cidade (2 vezes), e uma pessoa mencionou a comunidade remanescente de quilombo Fonseca. Nesse que foi o menor conjunto amostral não houve registro de desconhecimento de atrativos turísticos locais.

Os valores de RMEL, já incluídos o GS1 e o GS2, dos 5 municípios da RGIPI podem ser encontrados na Tabela 2. O RMEL final da RGIPI alcançou 3,41 pontos, classificado como 'favorável ao desenvolvimento do turismo'.

Tabela 2: Ranking Médio da Escala Likert (RMEL) obtido para o Grupo Social 1 (GS1), Grupo Social 2 (GS2) e Final.

Município	RMEL GS1	RMEL GS2	RMEL Final
Juru	3,69	3,28	3,49
Tavares	4,44	3,14	3,79
Princesa Isabel	4,19	3,28	3,74
São José de Princesa	2,00	3,36	2,68
Manaíra	3,31	3,31	3,31
Média RGIPI	3,53 ± 0,95	3,28 ± 0,08	3,41 ± 0,45

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os resultados evidenciam que a população da RGIPI considera existir potencial turístico local, com destaque para Tavares e Princesa Isabel, como meio viável para promover desenvolvimento econômico em consonância com a conservação ambiental. Isso também se reflete em escala local, ao se considerar a diversidade de localidades de origem dos entrevistados. Também mostram o interesse da população no desenvolvimento do turismo e a sua criticidade com relação à forma como este, em alguma medida, se realiza na sua localidade, reconhecendo as insuficientes atuações comunitárias e dos governos municipais para tal.

Por outro lado, demonstram um aparente desconhecimento dos impactos negativos que o turismo pode gerar no território, como a ocorrência de crimes (Carvalho, 2010; Dantas; Dantas, 2021; Ribeiro *et al.*, 2020). Isso sinaliza que outros impactos também podem ser subestimados por

essa população, como por exemplo o excedente de impactos sociais além de limites aceitáveis dentro da comunidade e os impactos ambientais negativos que podem ocorrer nos espaços destinados à exploração dos atrativos turísticos naturais, visto que são os elementos com maior potencial de atratividade (Cunha, 2008). Isso justifica a necessidade da inclusão e do monitoramento das comunidades no planejamento turístico, contemplando ações de educação ambiental voltadas à conservação do ambiente para o desenvolvimento do turismo.

5. CONCLUSÕES

Pode-se concluir que o objetivo principal desta pesquisa, de avaliar a percepção socioambiental sobre o potencial turístico na Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel, foi alcançado por meio da metodologia proposta, bem como que esse potencial é percebido por sua população, ainda que haja críticas à falta de incentivos e de ações para o desenvolvimento do turismo.

As percepções dos grupos sociais estudados sobre o potencial turístico da região mostraram convergências e divergências intrínsecas à posição social que esses grupos ocupam no contexto do turismo. Merece destaque a convergência de ambos os grupos na percepção de que o desenvolvimento econômico promovido pelo turismo deve estar em harmonia com as questões ambientais. Sobre as divergências, em Princesa Isabel e Tavares os gestores consideram o desenvolvimento do turismo mais factível do que os moradores, enquanto em São José de Princesa ocorre o contrário.

Os dados são inéditos para a região e esta pesquisa produziu um conjunto de resultados que diagnosticam um quadro sociopolítico de favorabilidade ao desenvolvimento do turismo, ainda que seja necessário superar os quesitos desfavoráveis – como o engajamento do poder público no desenvolvimento do turismo e a sensibilidade para os impactos negativos que o turismo pode trazer. Ainda, cabe destacar, que o período pandêmico obstaculizou a aquisição de uma maior quantidade de dados, especialmente nas comunidades com dificuldades de acesso à internet para efetivar a participação das pessoas na pesquisa.

Por fim, cabe ressaltar que esta pesquisa aborda apenas um dos aspectos que permeiam a realização do turismo, voltando-se aos atores que são tomadores de decisões ou simplesmente se beneficiam dos seus desdobramentos. Isso sugere que os problemas que entravam o

desenvolvimento do turismo na região vão além da vontade popular de implementá-lo, mas se constituem elemento basilar para tal.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M.; LIMA, E. R. V.; SOUSA, M. F. B. Proposta de mapeamento e de análise geoespacial do patrimônio turístico da Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel - PB. **Caderno de Geografia**, v. 33, n. 74, p. 880-909, 2023. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2023v33n74p880.

ALBUQUERQUE, E. M de; SILVA, I. M. da; SILVA, H. N. da; SILVA, E. B. da; SILVA, F. de A. da. Mapeamento colaborativo do patrimônio cultural de Princesa Isabel (PB) utilizando um smartphone. **Revista Principia**. n. 45, João Pessoa, 2019.

ALMEIDA, M. V. de; Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras. **Turismo em Análise**. USP, v. 20, n. 3, p. 541-561, 2009.

ARRUDA, E. C. de. **As fronteiras de perda: indígenas, vaqueiros e sesmarias**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. p. 144.

BRÁS, M.; RODRIGUES, V. Turismo e crime: efeitos da criminalidade na procura turística. **Tourism & Management Studies**, n. 6, p.59-68, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3887960>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 11ª ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

CARVALHO, S.M.S. A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia - PI. **Turismo em Análise**, v. 21, n. 3, p. 470-493, online, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14228/16046>. Acesso em: 28. mar. 2023.

COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M.; FAZITO, M. Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 3, p.81-104, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9523>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CUNHA, L. Avaliação do Potencial Turístico. **Cogitur, Journal of Tourism Studies**, [S.l.], v. 1, n. 1, jan. 2008. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/384/1/artigo_liciniocunha.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

DANTAS, N. L. S.; DANTAS, A. V. S. Percepção dos impactos do turismo na comunidade de Pitangui (RN). **Ateliê do turismo**. v. 5, n. 2, p. 129-146, Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13177>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FREIRE, P. M. O.; ALMEIDA, F. A. B. Ecoturismo, educação ambiental crítica e formação de sujeitos ecológicos: convergências e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.4, p.561-587, ago2018/jan 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**, c2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LAYRAGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, São Paulo, 2014.

MEDEIROS, J. L. de; SILVA, E. G. da; ARAUJO, F. S. G.; BARRETO, L. M. T. da. Comprometimento dos stakeholders no turismo: uma análise do desenvolvimento do Geoturismo no município de Gurjão (Paraíba, Brasil). **Turismo & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 38-57, Curitiba, 2015. DOI 10.5380/tes.v8i1.34495.

MIDDLEJ; M. M. B. C.; CARNEIRO, E. dos R. Como desenvolver o semiárido baiano a partir do turismo sertanejo? **Revista Cultura e Turismo**. a. 5, n. 1, p. 114-125, online, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/273>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PNUD BRASIL; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PRINCESA do Sertão. Direção: Deraldo Goulart. 1 vídeo. (116 min.). Brasília: TV Senado, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SPiPD-3htJo>. Acesso em: 06 maio 2024.

RAOSOFT®.Inc. **Raosoft: Simple size calculator**, c2004. Disponível em: <http://www.raosoft.com/samplesize.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RIBEIRO, T. de L. S.; KEVIN, K. S.; COSTA, B. K.; URDAN, A. T. Percepções de stakeholders sobre o turismo: um estudo no município de São Sebastião, SP. **Tur., Visão e Ação**, v. 22, n. 2, p.334-354. Balneário Camboriú: Univali, mai./ago., 2020. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/16642>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RODRIGUES, L. C. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 5, n. especial, p.81-104, 2015.

RODRIGUES, K.; SEREIA, D. A. O.; OBARA, A. T. Estudos de percepção ambiental em Unidades de Conservação: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Ambiente & Educação**, v. 28, n. 2, 2023. DOI: [10.14295/ambeduc.v28i2.15768](https://doi.org/10.14295/ambeduc.v28i2.15768).

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: MOTTA, L. T.; revisão técnica: MENDES, R. D. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHUSSEL, ZGL. Turismo, desenvolvimento e meio ambiente. In: BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLANO, LN., orgs. **Turismo, cultura e desenvolvimento** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 99-121. ISBN 978-85-7879-194-0. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Artigo submetido em: 21/10/2022

Artigo aceito em: 09/07/2024

Artigo publicado em: 02/09/2024